

Representações de “família, sociedade e pátria” no jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1916-1930)

O acervo digital do Tainacan e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Representations of “family, society and country” in the newspaper *O Exemplo* (Porto Alegre, 1916-1930): the digital collection of Tainacan and of the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Sul / Representaciones de “familia, sociedad y patria” en el diario *O Exemplo* (Porto Alegre, 1916-1930): la colección digital del sitio Tainacan y del Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Ricardo Costa de Sousa

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Brasil.
ricardoluter@gmail.com

RESUMO

O artigo descreve e analisa as representações de instrução a partir da tríade família, sociedade e pátria, circunscritas no jornal *O Exemplo* (1916-1930). O texto se insere no campo da história da educação, na especificidade da história da cultura escrita, à luz da história cultural. A análise indica a instrução como objeto-fim para o progresso e engrandecimento do país.

Palavras-chave: instrução; tríade; jornal *O Exemplo*.

ABSTRACT

This article describes and analyzes the representations of instruction based on the triad of family, society, and country, as seen in the newspaper *O Exemplo* (1916-1930). The text is part of the field of the history of education, specifically the history of written culture, within the context of cultural history. The analysis shows instruction as an ultimate goal for the progress and improvement of the country.

Keywords: instruction, triad, newspaper *O Exemplo*.

RESUMEN

El artículo describe y analiza las representaciones de instrucción a partir de la tríada familia, sociedad y patria, circunscritas en el diario *O Exemplo* (1916-1930). El texto insertarse en el campo de la historia de la educación, en la especificidad de la historia de la cultura escrita a la luz de la historia cultural. El análisis apunta a la instrucción como el objeto último para el progreso y engrandecimiento del país.

Palabras claves: instrucción; tríada; periódico *O Exemplo*.

Introdução

O jornal *O Exemplo* foi um periódico impresso em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, que circulou em diferentes estados brasileiros, entre os anos de 1892 a 1930. O acervo deste impresso pode ser localizado em diferentes repositórios, como a coleção particular Oliveira Silveira (formato físico), a Coleção do Núcleo de Pesquisa em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (microfilmado), a Coleção do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (formato físico), a Coleção da Biblioteca Pública Rio-Grandense (formato físico) e a Coleção do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (formato físico e digital). Frente a esses espaços, cabe registrar o Tainacan, repositório digital em que consta o acervo da cultura afro-brasileira, aqui, com exemplares do jornal *O Exemplo*.

Dadas as condições históricas no período, houve interrupções de impressão e de circulação do jornal *O Exemplo*. As retomadas a esse empreendimento, em favor de seus leitores, foram nomeadas pelos editores¹ e colaboradores² de fases, a saber: a primeira, de 1892 a 1897; a segunda, de 1902 a 1905; a terceira, de 1908 a 1911; e a quarta, que se estende de 1916 a 1930.³

Neste artigo, apresenta-se um conjunto de textos que tematizam a instrução em *O Exemplo*, a partir da tríade: família, sociedade e pátria. Estes, centram-se na quarta fase, entre os anos de 1916 e 1930, objeto de descrição e análise, sobre os exemplares salvaguardados no repositório digital do Tainacan,⁴ já referido, como também, na hemeroteca digital do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Sul.⁵ A temática, em destaque, foi selecionada a partir de dois critérios: o primeiro, a sua recorrência no impresso entre os anos de 1916 e 1930, e o segundo, a evidência das três instituições designadas como sacrossantas: “família, sociedade e pátria”, conforme o texto do colaborador Flavius, nas páginas do periódico (*O Exemplo*, 11 de fevereiro de 1917).⁶

1 O termo editoria, utilizado neste artigo, se refere a um grupo editorial negro, mas não exclusivamente, que fez circular o jornal *O Exemplo*. A esse respeito, consultar Sousa (2019).

2 O termo “colaborador” irá anteceder o nome do autor que escreveu um texto e encaminhou ao jornal *O Exemplo* para ser publicado. Assim, será possível diferenciá-los dos demais autores que constam neste artigo.

3 A respeito do grupo editorial do jornal *O Exemplo*, consultar Sousa (2019).

4 Neste repositório utilizou-se os exemplares compreendidos entre os anos de 1916 e 1919.

5 Neste repositório utilizou-se os exemplares compreendidos entre os anos de 1920 e 1930.

6 Cabe registrar que há outros repositórios que salvaguardam impressos digitais do jornal *O Exemplo* (1892 a 1930), como a Universidade Luterana do Brasil, disponível em <http://www.ppgecim.ulbra.br/oexemplo/>.

A partir desse levantamento, objetiva-se descrever e analisar as representações de instrução com base nas intersecções entre família, sociedade e pátria circunscritas no jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1916-1930). Além disso, o empreendimento levado a cabo por um grupo editorial negro, mas não exclusivo, entre os anos de 1892 e 1930, contava com colaboradores de diferentes origens étnicas. Esse grupo ambicionava ser um ‘exemplo’ para a comunidade de cor recém-liberta da escravidão no Brasil.

Embora família, sociedade e pátria apresentem certa proximidade, procurou-se descrever e analisar esse tema, quando possível, em separado, de modo a produzir um quadro analítico mais acurado. Para esse intento, esta produção se inspira nos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural, a qual sugere prescrutar os indícios, os vestígios, as lacunas, as ausências, as inércias, as sedimentações e as representações que foram construídas em um determinado contexto por uma ou mais instituições sociais (Corbin, 2005; Pesavento, 2008; Chartier, 1988).

O escrito se assenta no campo da história da educação. Campo este “multifacetado e pluridisciplinar”, porque “abarca vários temas e objetos de pesquisa”, e que, por extensão, encontra-se na especificidade da história da cultura escrita, enquanto prática social que reconstrói, a partir do testemunho escrito, como *O Exemplo*, representações que as sociedades lhes têm dado ao longo do tempo (Stephanou; Bastos, 2011; Faria Filho, 2002; Gómez, 2003; Petrucci, 1999). Essas premissas possibilitam, ao tomar os acervos do Tainacan e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, atualizar as produções desenvolvidas, deslocando o interesse para temática ainda pouco valorizada, como a instrução dos “homens de cor”, no final do século XIX e início do XX, em *O Exemplo*.

Registra-se que, no período que circunscreve este artigo, o estado do Rio Grande do Sul foi politicamente influenciado pelo positivismo francês, sendo o grande líder político, o jornalista Júlio de Castilho. Tal corrente teve no jornal *A Federação*, editado por Júlio de Castilho, líder do partido republicano gaúcho, uma ferramenta de divulgação das ideias republicanas que serviram de mecanismo de propaganda política e exercício de poder à época. Ressalte-se que o partido republicano gaúcho teve sucessivamente os seguintes governadores: Júlio Partes de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Carlos Barbosa Gonçalves, Salvador Ayres Pinheiro Machado, todos ocupando o poder no Rio Grande do Sul (Rudiger, 1993, p. 31). O papel central da formação de leitura no exercício da vida pública não pode ser considerado um fenômeno menor no Rio Grande do Sul entre as décadas finais do século XIX e início do XX. Tais aspectos são potentes para a história da educação, em especial para pensar o jornal *O Exemplo* editado por “homens de cor” mergulhados naquele contexto político regional.

A temática da instrução na perspectiva positivista foi amplamente difundida nos discursos governamentais do Rio Grande do Sul, defendendo e inscrevendo a escola como um instrumento disciplinador e moralizador. Assim, fica posto, por um lado, que a escola deveria imprimir um ser humano disciplinado, atento ao cuidado do corpo e à higiene; por outro, o processo de instrução deveria atender todas as pessoas indistintamente (Silva, 2007). Eles, por excelência, apresentavam aspectos progressistas da ação republicana, no que diz respeito à expansão do ensino, redução das taxas de analfabetismo, modificações curriculares, dentre outras.⁷

Sob influência da referida perspectiva, a família é entendida como uma “unidade social ordenada” e moralizante da estrutura social e dela nascem as demais instituições sociais. Ou seja, a família, instituição de controle social, deve formar uma nova humanidade (Ruiz, 2006; Pezat, 2006). Sociedade, a partir da máxima de Comte, “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”, é um conceito chave para manutenção da ordem social, dito de outro modo, caberia a ela preocupar-se em denunciar os possíveis desvios e disfunções de ordem social (Silva, 2007; Lacerda, 2004). Por último, com relação à pátria, termo difundido na formação dos estados nacionais europeus no século XIX, este estabelece uma ligação entre o homem e o meio ambiente, a partir da mediação, participação e cooperação entre famílias diversas (Lacerda, 2004). Logo, tais influências positivistas ressoam nas representações de família, sociedade e pátria publicadas no jornal *O Exemplo*, e, por isso, formataram tanto posições favoráveis quanto contrárias, presentes no *corpus* documental analisado.

Representações de instrução circunscritas nos acervos digitais de *O Exemplo*

O jornal *O Exemplo* se constitui como um “acervo de inestimável valor histórico e cultural para as populações afrodescendentes”, garantindo aos diferentes grupos de origem, “o direito às suas memórias, cultura e história” (Zubaran, 2015, p. 13). Partindo dessa premissa, o texto intenta realizar a descrição, a análise e a reflexão das representações sobre a instrução e sua relação com a tríade “família, sociedade e pátria”, localizadas nos exemplares do jornal *O Exemplo*, entre os anos de 1916 e 1930.

A primeira temática pretende apresentar a relação entre instrução e família. O texto mais emblemático é de autoria de Flavius (1917) que trata do analfabetismo. Esse colaborador, inicialmente, toma de empréstimo uma frase de

⁷ No que tange à instrução para todas as pessoas, de forma indistinta, consultar contradições apontadas por Perussatto (2021).

Caldas Junior, que ressalta que a “instrução é o sol das grandes esperanças. O farol que ilumina a alma das crianças”. A partir dessa epígrafe o texto contextualiza o momento histórico vivido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, que “tem despendido em prol do ensino boa dose de suas energias”, quer dizer, recursos para a manutenção de escolas, bem como pagamento de professores. Com a alocação desses recursos, a “educação das crianças vai sendo ministrada satisfatoriamente” (O Exemplo, 11 de fevereiro de 1917). Baseado nessas informações, o colaborador Flavius chama a atenção das famílias, conclamando-as:

Agora o que compete aos pais de família é não descuidarem no dever de mandar os seus filhos às escolas, a fim de que os mesmos, haurindo na fonte inesgotável da instrução, os conhecimentos necessários para que se tornem aptos para vencerem na vida [...]. O pai que não manda os filhos à escola é um criminoso, que a maior parte das vezes não conhece a intensidade do crime que pratica, nem os resultados maléficos que dele podem advir para os seus filhos, quando tornados homens. (O Exemplo, 11 de fevereiro de 1917)

O colaborador reafirma a necessidade de comprometimento dos pais em velarem pela instrução de seus filhos e destaca os graves prejuízos que podem causar a si e à família. Dessa forma, o que se entende é, por um lado, a posição de incutir no âmbito familiar a necessidade de instrução das crianças e, por outro, a obrigatoriedade dos pais de assegurarem a instrução de seus filhos. Como indica o texto, o ensino primário é obrigatório e o governo já fez sua parte na abertura das escolas. A esse respeito, o colaborador Flavius complementa com o relato de que essas crianças “vivem por aí acumuladas de energias destruídas, entregues aos vícios e ao crime”. Nesse sentido, é enfático quando assegura que essas crianças são vítimas da ignorância, isso porque os pais

não obrigaram na época conveniente, a irem às escolas, onde aprendendo e instruindo-se poderiam ter se tornado cidadãos dignos, respeitando, atuando e honrando a família, a sociedade e a pátria, as três instituições sacrossantas que são como as pedras fundamentais em torno das quais garantiriam a estabilidade e a razão da existência do gênero humano. A pessoa analfabeta é um ente quase que sem utilidade alguma à sociedade, não vive, vegeta, por isso repetimos, o pai que não manda os seus filhos à escola é um criminoso que não imagina talvez o grande mal que pratica e por tal crime virá, mais tarde, a ser amaldiçoado pelos próprios filhos. Não descuidem, pois, os pais de família de mandar os seus filhos ao ensino nas escolas [...]. (O Exemplo, 11 de fevereiro de 1917)

O colaborador concebe que a existência do ser humano se organiza a partir de três instituições que ele adjetiva como sacrossantas: família, sociedade e pátria. Além disso, sobre a pessoa analfabeta recaía o estigma de ser vista como ser inútil para a sociedade, e os pais que não velassem pela instrução de sua prole cometiam uma grande falta.

Em análise sobre os discursos médicos das primeiras décadas do século XX, Stephanou (2011, p. 144) examina as concepções do médico gaúcho dr. Mário Totta (1935) e afirma que a “ausência dos faróis da instrução e da educação [constituíam] perigo nos alicerces das colunas que estavam a erigir a pátria”. Segundo Stephanou, para o dr. Mário Totta (1935) cumpria “educar desde a mais tenra idade, ensinar pela pedagogia do exemplo, difundir regras de bem viver, instruir para salvar da ignorância, formar virtudes e inteligência, fortalecer o caráter, restituir energias para produzir” (Stephanou, 2011, p. 144). Em sintonia com a discursividade de seu tempo, por meio de *O Exemplo*, difundiu-se a ideia de que a instrução constituía um bem que se estendia à instituição família.

Ao abordar o mal irremediável que provém do inqualificável desleixo de muitos chefes de família que descaram da necessária e da imprescindível instrução que deve ser ministrada aos seus filhos na idade apropriada, novamente, o colaborador Flavius (1917) reafirma a necessidade de os pais incentivarem em seus filhos o amor ao estudo. Essa bandeira, em prol da instrução, levada a cabo pelo referido colaborador, se encaminha na direção de que ao mandar educar os seus filhos estes poderão “vencer os múltiplos tropeços que, naturalmente, se lhe hão de antepor no percurso da vida” (*O Exemplo*, 10 de junho de 1917).

O colaborador Flavius critica os chefes de família que entendem a instrução apenas no domínio do “saber assinar o nome, bem como fazer as quatro operações” e acreditam que, de posse dessas habilidades, a juventude estará “apta a atirar-se na luta pela vida”. Contrariamente, afirma ser este “um erro crasso e detestável” (*O Exemplo*, 10 de junho de 1917). E nessa direção acrescenta:

Todo chefe de família, que bem compreende a grandeza de sua missão no lar, tem a obrigação restrita de mandar educar, convenientemente, os seus filhos, sob pena de, posteriormente, vir a sofrer [...] o desprezo e a maldição dos próprios filhos que, ante os revezes que se lhe apresentarem na vida, aos quais não possam vencer pela falta da necessária instrução, lançarão sobre os pais a culpa das suas infelicidades, por isso que, na época precisa, foram eles privados de receber o ensino que agora, de muito lhes havia de servir para minorar as agruras com que, a cada passo, se deparam. (*O Exemplo*, 10 de junho de 1917)

Três vocábulos comparecem neste excerto: instrução, ensino e educação. Logo, se por um lado, o autor destaca que a incumbência dos chefes de família diante da educação dos seus é imperativa, por outro, alerta que os filhos, posteriormente, podem desprezar e amaldiçoar seus pais por não terem velado por sua instrução. A esse respeito, o colaborador Magnus Justus (1918) aborda um projeto “missionário” de inscrever no âmbito das associações uma necessária instrução aos chefes de família, ou melhor, para além de “elevar a educação dos seus consócios”, tratava-se de “cultivar os espíritos” no “mais alto grau de adiantamento possível” (*O Exemplo*, 24 de fevereiro de 1918). Assim habilitado, o chefe de família poderia contribuir para incitar em seus filhos o gosto pelo estudo.

Sob essa perspectiva, o colaborador F. C. (1918) reforça que “a instrução é o farol que ilumina as almas das crianças”. Reúne argumentos para defender sua posição e explica por que muitos chefes de família preferem deixar de mandar seus filhos às escolas. Segundo o colaborador, tem ouvido respostas como esta: “Ora o meu menino agora está tão bem, ajuda-me tanto: *ganha vinte mil reais, como engraxate, vendedor de jornais ou mensageiro*” (*O Exemplo*, 26 de maio de 1918).

Sobre a questão acima, cabem dois destaques. O primeiro procura explicar por que para certos pais de família o trabalho é mais importante do que a instrução, mesmo que o valor recebido pelo trabalho não signifique uma quantia substancial para a sobrevivência, mas um complemento que o pai julga bem-vindo; o segundo, com relação a “instrução é o farol que ilumina as almas”, toma-se a referência de Ó (2003, p. 104), quando aborda que a escola de massas, desde a segunda metade do século XIX, será vista como a “expressão prática das tecnologias do governo da alma”. Isso porque os valores de liberdade e de progresso são um projeto das luzes, no qual “desejamos e esperamos que ela promova a diferença, as aptidões e capacidades em direção à realização plena do indivíduo” (Ó, 2003, p. 104). Logo, para o contexto brasileiro, entende-se a instrução e o trabalho como um imperativo aos “homens de cor”, ou seja, como condição de moralização e inserção social.

Conforme Zubaran (2008, p. 18), em *O Exemplo*, a instrução e o trabalho apresentam-se “como as condições que assegurariam o desenvolvimento moral e intelectual da comunidade negra, e que facilitariam a integração dos negros na sociedade brasileira”. Possivelmente, os pais encontravam-se atravessados por esse discurso de que pelo trabalho seus filhos poderiam ser integrados socialmente. Mas era lamentável que para isso tivessem que deixar de fora o bem mais precioso, compartilhado pela editoria e seus colaboradores, a instrução.

Atentando-se para a formulação da pergunta do colaborador F. C. com relação à instrução: “triste ignorância ou torpe desleixo?!”, verifica-se que

Não se apercebem, por ventura os que raciocinam desta forma, que estão opondo entraves à felicidade dos seus filhos, por isso que, teimando em deixá-los analfabetos, dificultam, enormemente, que eles possam atingir, mais tarde, na sociedade, uma posição, que não diremos de destaque, mas que os ponha a salvo da pobreza, quiçá da miséria. [...]. Não compreendem, por acaso, os que resolvem assim, que com a sua imprevidência indesculpável, da qual muitas vezes, fora de tempo, se vem de arrepender, concorrem para tornar os seus filhos, no futuro, cidadãos inúteis [...]. (O Exemplo, 26 de maio de 1918)

Em oposição a esse estado de coisas, para o colaborador F. C. “faz-se mister que todos nos compenetremos da necessidade extraordinária que há de se instruir as crianças”. Com essa atitude, “não seremos considerados promotores da infelicidade e desgraça dos nossos filhos e cooperadores do enfraquecimento moral e intelectual da nação”. Assim, é necessário que os pais e mães de família encaminhem seus filhos e filhas à escola, a fim de que, “haurindo nessa fonte maravilhosa dos conhecimentos humanos, [...] venham a ser cidadãos úteis, não só à própria família, como à sociedade e, acima de tudo, à pátria querida e bem-amada!” (O Exemplo, 26 de maio de 1918).

Rago (1987), ao discutir o tema da instrução, ou seja, quanto ao descuido dos chefes de família com a instrução dos filhos em favor do trabalho, afirma que os pais eram envolvidos por uma “ética puritana do trabalho”, dado que eram “coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude” (1987, p. 136). O trabalho é associado a elemento moralizador e, dessa forma, contribui para inibir “a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças” (1987, p. 136). Nessa assertiva, pode-se depreender que a) o trabalho desde a mais tenra idade era aceito pelos pais e b) o trabalho das crianças era incentivado pelas próprias famílias.

O relato da editoria (1918), quanto ao incitamento à instrução, é um marcador importante para perceber que, quando no seio familiar sua prole “se mostra negligente ao estudo das disciplinas que os pais julguem necessárias ao seu conhecimento, a obrigatoriedade é o remédio que aplicam a essa indolência intelectual. Não lhe diz o pai: é necessário estudar, mas simplesmente – Estuda” (O Exemplo, 16 de junho de 1918).

A editoria (1918) indica que o compromisso da instrução do povo não se restringe às famílias, visto que a sociedade como um todo é uma família. Essa grande família, confiada aos cuidados do governo, demonstra indiferença frente a certos

ramos de conhecimento necessários para progredir, o que torna imprescindível que a instrução seja, de fato, obrigatória na prática, pois esse será o único remédio que pode remover o estado negativo do povo no adiantamento social.

Frente ao que apresenta a editoria (1918), o colaborador Antonriu (1919) assegura que o ensino não está ao alcance de todas as classes, e inclusive “o calçado e todos os uniformes exigidos pelos professores ou diretores do estabelecimento de ensino” não são gratuitos (O Exemplo, 2 de fevereiro de 1919). Diante desse quadro de completa calamidade, expostos a sacrifícios diversos em virtude de serem parte de uma classe desprotegida da fortuna, suas famílias pouco, ou quase nada, conseguem fazer para educar a sua prole.

Continuando esse tema, agora, com o colaborador Cingalais (1918), que trata mais especificamente do vocábulo instrução. Localizou-se, então, um texto que discorre sobre as pessoas que julgam o vocábulo – instrução – como privilégio de certos indivíduos e monopólio de determinadas classes. Afirma que alguns indivíduos “esquecem o dever de instruírem a si mesmos e àqueles que dependem da sua tutela” e concebe que “instruir não é tão somente, como compreendem alguns, o banho lustral nos bancos ginasiais e acadêmicos à procura do pergaminho”, pois “desse falso pressuposto nasce o atraso do indivíduo, a dissolução da família e a estagnação do progresso social” (O Exemplo, 5 de maio de 1918).

Dessa forma, a instrução não constitui um privilégio concedido a determinados indivíduos, e esclarece que “é impossível admitir um homem que não tenha um cabedal de instrução capaz de aproveitar ao próprio sábio que, apesar deste título, sabe que nunca chegará ao termo final dos conhecimentos humanos” (O Exemplo, 5 de maio de 1918).

Nessa linha de compreensão, o domínio do código escrito (o saber ler e escrever) “não é a síntese ideal a tornar os homens excelentes pais de família e cidadãos honrados, assim como esses conhecimentos não garantem sempre a polidez, a civilidade, o fino trato e mais virtudes que distinguem o homem do homem” (O Exemplo, 5 de maio de 1918, grifo do original). Contudo, lembra que esse domínio é uma “síntese ideal para a instrução, por ser pensamento mais ou menos comum” (O Exemplo, 5 de maio de 1918).

O colaborador Cingalais (1918) formula a seguinte questão: “Por que sendo esse fato admitido e reconhecido por todas as pessoas – não mandam os seus filhos à escola? Por que não os ilustram ao menos no conhecimento das primeiras letras e nas quatro operações básicas da matemática?” (O Exemplo, 5 de maio de 1918). Os elementos apresentados contribuem para compreender que o esclarecimento do intelecto só é possível com a instrução, seja ela confinada ou não ao privilégio de certos indivíduos e monopólio de determinadas classes.

A editoria (1918), ao tratar dos esforços do governo do estado, bem como dos municípios, na difusão do ensino popular, entende que “somente com um povo instruído é que poderemos ser uma nação forte, grande e ditosa” (O Exemplo, 1 de abril de 1929). Sob a influência dos princípios positivistas, a editoria completa:

Resta agora que os chefes de família auxiliem a obra meritória dos nossos governantes enviando às escolas, oficinas do saber, os seus filhos, para que amanhã, sejam dignos da nossa estremecida pátria que tanto merece do nosso amor e patriotismo. Combater o analfabetismo eis a divisa principal do sincero, do bom patriota. Para o progresso de uma nacionalidade, para o engrandecimento de um povo, a instrução popular é a condição popular. Assim, pois, o caminho é o da escola, sobretudo. (O Exemplo, 1 de abril de 1929)

Para complementar o excerto acima, em especial a afirmativa de que “o caminho é o da escola” para o combate ao analfabetismo, Corsetti (2008) trata da educação como instrumento da política de modernização do estado do Rio Grande do Sul. Para a autora, “a escola como instrumento primordial, foi elaborado [sic] com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas” (Corsetti, 2008, p. 65).

Para garantir os ideais positivistas que eram entendidos como a expressão da modernidade no cenário gaúcho, combater o analfabetismo se situava como um caso emergencial a ser solucionado. Nesse sentido, os pais, chefes de família têm um compromisso ímpar na formação intelectual do futuro do país. Diante do exposto, naquele período, pensava-se que a família tinha um papel primordial na instrução dos filhos, ou melhor, no afastamento das trevas da ignorância, assentando-se o estado moral e intelectual de uma determinada sociedade, ou seja, o engrandecimento da sociedade.

Com relação à sociedade, alguns textos escritos pela editoria e seus colaboradores tiveram como finalidade difundir discursos e representações de um escopo mais amplo a respeito da relação entre sociedade e instrução. Entre esses textos, destaca-se o escrito pela editoria em 1916 que trata da atuação do deputado José Augusto, incumbido pela Comissão de Instrução Pública de estudar os meios para difusão do ensino primário. Conforme escreve a editoria, é projeto do deputado José Augusto “criar o Conselho Nacional de Educação, o qual ficará subordinado ao Ministério da Justiça. Seus membros serão de nomeação do presidente da República” (O Exemplo, 23 de julho de 1916). Seriam competência do conselho as seguintes atribuições:

Procurar disseminar o ensino primário e profissional, auxiliando e subsidiando as escolas mantidas por particulares e associações, criando, diretamente, onde não existirem. Organizar estatísticas escolares e promover a reunião de Congressos de Educação. Instituir, nas capitais dos Estados, conselhos de educação e divulgar as informações relativas à organização e funcionamento das escolas, aos sistemas escolares, bem como aos métodos de ensino, quer do Brasil, quer de países estrangeiros. Promover a publicação de boletins e relatórios, memoriais e livros atinentes aos assuntos educativos, bem como prestar informações que forem solicitadas aos estabelecimentos de ensino existentes no país. Auxiliar, subvencionar, fundar bibliotecas e museus escolares; fazer contratar, por conta da União, professores estrangeiros e promover a ida de missões escolares nacionais aos países de notável desenvolvimento pedagógico. (O Exemplo, 23 de julho de 1916)

O excerto mostra a primeira vez que comparece a questão pedagógica. Como também, o quadro de um projeto bem definido para a instrução pública no país. Nesse período, amparado pelos pressupostos de uma “cultura positivista”, o estado do Rio Grande do Sul se adequa “às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente”, ou seja, se articula “com essa atuação nacional” (Corsetti, 2008, p. 56), que é evidenciada pela editoria. Assim, a ação do governo gaúcho, implementada pelos seus dirigentes positivistas, é marcada por algumas características, a saber: a “expansão do ensino público primário”, um necessário “estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados”, a importância de nacionalizar “o ensino, especialmente nas regiões coloniais”, e, principalmente, a “contenção de despesas com a expansão do ensino” (Corsetti, 2008, p. 56-63).

A formulação dessas atribuições evidencia um estudo acurado das necessidades e realidade da sociedade para adequação de um processo de modernização conservadora promovido pelo Estado. Nesse sentido, segundo Corsetti (2008), o estado é carente de reformas que possam atender a esse princípio de modernização capitalista, patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. Para que tais atribuições fossem, de fato, postas em prática, a editoria (1916) afirmava que o deputado José Augusto faria uso de recursos do “Tesouro Nacional, uma caixa especial de educação nacional”, advindos de “donativos ou legados, taxas pagas pelos alunos”, ou mesmo de “sobras de cada exercício que deixarem as diferentes verbas”, como também um percentual de “toda renda do imposto de consumo” e “dotações orçamentárias” (O Exemplo, 23 de julho de 1916).

A editoria do periódico ainda afirma que a ausência de instrução continua “a ser entre nós um problema de difícil solução”. Medidas tomadas por outros estados da federação mostram que a obrigatoriedade do ensino era o caminho para reduzir os “caldos da ignorância ainda reinantes em nosso país”, uma vez que “o que existe em matéria de instrução nada é em vista do tamanho do país e da disseminação de seus habitantes”. Contudo, quando apresenta os dados de frequência e matrícula escolar para o estado do Rio Grande do Sul a editoria informa que este “leva vantagem a muitos outros da União na luta tenaz contra o analfabetismo que é um mal social” (*O Exemplo*, 5 de novembro de 1916).

Diante desse mal, o colaborador Estevão Tavares registra, na semana seguinte, que uma das suas maiores inquietações é “a educação dos homens de amanhã”. Posto isso, em virtude de que os infantes desvalidos, “oriundos de uma raça vilmente explorada por muitos anos e, conseqüentemente falhos de meios para instruírem-se, [são] quase como um mal atávico”, acrescenta que “perambulam pelas ruas da cidade, sem que seus pais possam lhes dar uma educação” (*O Exemplo*, 12 de novembro de 1916).

A situação de crianças nas ruas não passava despercebida à época. O estudo de Peres (2002) registra que já em fins do século XIX foram tomadas medidas pela “elite branca pelotense [que se] devotava à população mais pobre”, a exemplo das crianças “que vagavam pelas ruas [e] não combinavam com uma cidade que detinha o título de ser a mais aristocrática de toda a província [RS]”. Desse modo, procurou-se atender essa população “pobre” com doação de “dinheiro para a construção e manutenção de entidades assistenciais” (Peres, 2002, p. 44). Atento a essa realidade, que se reproduz nas primeiras décadas do século XX, em especial na capital gaúcha, o colaborador Tavares, nas páginas de *O Exemplo*, sugere a criação de um local onde essas crianças possam serem instruídas, mas não somente, pois explica que precisávamos

de um internato, à exemplo do D. Bosco, no Rio, onde o menor ali aprende a ler, a [ter] uma profissão, enfim, a ser homem. Estabelecimento dessa ordem não temos em Porto Alegre. E por que não existe? Porque a municipalidade, essa corporação mais direta dos interesses do povo, não cogita de acordo com o governo estadual da criação e manutenção de um instituto interno para meninos desprotegidos [...] que visem o bem-estar dos seus munícipes, cooperando assim para o progresso local. (*O Exemplo*, 12 de novembro de 1916)

O excerto é enfático nas críticas à ação das municipalidades que descuidam do bem-estar dos seus munícipes quando não asseguram um local em

que as crianças pudessem aprender a ler e a escrever, bem como que lhes fossem ofertados ensinamentos voltados à aquisição de uma profissão, formato de instrução difundido principalmente para as camadas mais empobrecidas. Diferentemente do que o colaborador afirma sobre as crianças desvalidas e de uma necessária instituição de acolhimento e de instrução, de outra parte, a editoria expressa queixas sobre a Escola Complementar:

É a que se refere ao fato de haverem sido chamadas a exame oral alunas que na prova escrita não haviam conseguido a média necessária, enquanto outras que alcançaram médias superiores não eram escritas para a prova oral. O fundamento concreto de tais asserções é coisa que só dificilmente poderíamos averiguar. A prova escrita é a pedra de toque onde fica materialmente consubstanciado o maior ou menor aproveitamento do estudante. Se houve, portanto, tal preterição, o sr. diretor da Escola Complementar não agiu com são critério, nem soube honrar o seu cargo. (*O Exemplo*, 3 de dezembro de 1916)

O que sobressai nesse excerto é claramente a discriminação de cor. Essa queixa, nas páginas de *O Exemplo*, demonstra que a editoria não pactuava com tal ato, que desqualifica aqueles que, por direito, bem como pelo avançado grau cultural e intelectual, faziam distinções entre candidatos, pois todos deveriam ser reconhecidos em seus direitos. Ao final desse texto, a editoria ressalta que “urge de vez acabar com favoritismos e empenhos, para que o mérito, unicamente o mérito de cada qual possa sobressair” (*O Exemplo*, 3 de dezembro de 1916). Dito de outra forma, urge de vez acabar com favoritismos e empenhos, para que o mérito, e não a cor, de cada um possa sobressair.

Se, por um lado, comparece o problema do preconceito na instrução; por outro lado, tem-se a discussão sobre o ensino obrigatório no país. Para a editoria (1921), todos os deputados, senadores e câmaras municipais, representantes do povo, devem somar esforços para a aprovação de um projeto de lei que tornaria o ensino obrigatório no país. Essa ação “muito contribuirá para a solução definitiva desse grande problema nacional”, o analfabetismo (*O Exemplo*, 7 de agosto de 1921).

A publicação, em *O Exemplo*, de tal assunto demonstra que a editoria (1921) apoiava o projeto de criação de uma lei para assegurar o ensino obrigatório, ao que tudo indica, para todos os níveis. Ao fazê-lo, mostra que essa lei poderia contribuir com a sociedade. Contudo, na contramão dessa posição, outros movimentos arguíam pela liberdade de ensino.

Na prática, a ideia central era a da “liberdade de ensino”, que balizou a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, sempre que a questão polêmica da educação foi debatida e deliberada. Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração. (Corsetti, 2008, p. 63)

O excerto evidencia a posição da bancada gaúcha em torno da instrução e da liberdade de ensino, sobretudo o ensino elementar e secundário, que segundo argumentos correntes indicavam que o Rio Grande do Sul era o estado mais adiantado em termos de instrução e que não haveria necessidade de impor a obrigatoriedade do ensino, uma vez que a expansão de escolas pelo estado era afirmada pela editoria e seus colaboradores em diferentes matérias publicadas.

Esse tema também foi comentado pelo colaborador Mario Gama (1924), que trata de como o ensino primário e sua obrigatoriedade podem acabar com o analfabetismo no Brasil, ou seja, podem “terminar com a falta de instrução de uns”. Ao expressar esse propósito à sociedade, o colaborador declara que

O Brasil deve cuidar muito do ensino, tanto primário como superior, pois que não pode haver progresso onde existem analfabetos. [...] A campanha ora em vista deve merecer o apoio incondicional, pois é um bem para a sociedade e para o progresso do Brasil. Não pode haver coisa mais bela para um país do que ter os seus filhos devidamente educados, para que, perante os olhos dos estrangeiros, não sejam taxados de ignorantes. (O Exemplo, 10 de fevereiro de 1924)

A partir desse argumento, o referido colaborador sustenta que a obrigatoriedade do ensino é indispensável para o bem da civilização. Isso inclui desde o ensino primário até o superior. Com relação, ainda, ao ensino primário, afirma que afastar as trevas da ignorância que envolve os analfabetos é uma missão de todos, da nação, dos estados, das municipalidades (O Exemplo, 10 de fevereiro de 1924). Compartilha da mesma posição o colaborador Dario L. Nuncio (1926), ao ressaltar os esforços do governo no sentido de empenhar-se “numa campanha bendita para o desaparecimento do analfabetismo, espalhando pelo território nacional colégios e grupos escolares. Tal fato merece os mais fartos louvores, por isso que a instrução é o principal fator da civilização”.

Com base nessa constatação, o colaborador afirma: “podemos dizer que o nosso estado é onde justamente existe a menor porcentagem de analfabetos.

Inegavelmente, é um dos tantos frutos de um sábio governo” (O Exemplo, 14 de março de 1926). Entretanto, mesmo anunciando para os leitores os esforços do governo para garantir as condições que levassem à erradicação do analfabetismo no estado do Rio Grande do Sul, não discute a obrigatoriedade do ensino para todos os níveis, bem como não discute especificamente a instrução dos “homens de cor”.

Frente a esse debate, a editoria lembra aos leitores que, incontestavelmente, o progresso de uma nacionalidade resulta da instrução popular. Assim, a instrução popular deve ser assegurada gratuitamente, pois um governo bem-intencionado se esforça para disseminar escolas a fim de que a instrução popular ocorra (O Exemplo, 10 de dezembro de 1928).

No Brasil, entretanto, tem sido descurado esse importante cometimento que tão de perto diz respeito à prosperidade da nação. Há estados em que o analfabetismo é inacreditável; a ignorância predomina entre suas populações. Em boa hora, porém, podemos dizer, e com isto ufanarmos, que o Rio Grande do Sul, neste assunto, se encontra *pari passu* com as unidades mais adiantadas do país. (O Exemplo, 10 de dezembro de 1928)

Novamente, nos anos de 1920, a editoria indica aos leitores de O Exemplo que os esforços empreendidos pelo governo do estado na atenção à instrução popular colaboravam para o apagamento da ignorância pela qual muitos eram acometidos. Destacava que “o atual governo gaúcho, que tantos serviços de benemerência vem prestando ao Estado, não tem se descuidado da instrução, criando novos templos”. E tal ação “marcha gloriosamente para um futuro luminoso de progresso, de grandeza” (O Exemplo, 10 de dezembro de 1928).

A editoria não cessa de publicar conteúdos elogiosos aos feitos do governo do estado e, aqui especificamente, a missão particular da instrução popular. Segundo a editoria,

o analfabetismo é o pior dos males, o governo vem disseminando escolas por todos os lugares, os mais recônditos, a fim de que a instrução, qual sol radioso, deixe seus raios luminosos penetrarem em todos os lares. E, para esse desiderato, não tem poupado esforços, aumentando a respectiva verba, para que diminua, o mais rápido possível, o número de analfabetos. (O Exemplo, 4 de fevereiro de 1929)

Com essa referência, é possível identificar que as ações do governo do estado estão vinculadas ao aumento de verbas para redução do número de analfabetos, o “pior dos males”. Corsetti (2008), na linha de argumentação

exposta, assegura que, por um lado, o atraso passou a ser identificado com “a sujeira, a feiura, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, a desordem, elementos que deveriam ser eliminados”; e, por outro, faz um contraponto e afirma que “o progresso teve como ingredientes a limpeza, o embelezamento das cidades, a saúde, a reprodução da vida, a educação e, em paralelo, a disciplina, a ordem, a produtividade, a lucratividade” (Corsetti, 2008, p. 58). Destaca-se, aqui, o termo ignorância, que, vinculado ao analfabetismo, representa o atraso, a inexistência de uma nação. A única via para o progresso, segundo esses discursos e como já abordado fartamente, seria a instrução.

Para o colaborador e médico dr. Adayr, “a grandeza da raça” poderia ser alcançada pela instrução, pois “muito se tem feito, e muito se continua fazendo, no seio de cada povo, pela conservação e aperfeiçoamento da raça, sob os pontos de vista físico, intelectual e moral” (O Exemplo, 13 de maio de 1929). Em suas palavras, embora defendendo os “homens de cor”, nesse momento o colaborador veicula concepções extremamente conservadoras:

Em todos os países surgem, diariamente, ligas patrióticas, sociedades conservadoras e reformistas; os governos procuram, na promulgação de leis especiais, os meios de melhorar sempre as condições de existência dos povos respectivos. [...]. Quero dizer que pensamos mais no indivíduo que na sociedade como ponto de partida no trabalho do aperfeiçoamento das coletividades. Zelamos, antes de tudo, pelo elemento constitutivo, e depois então pelo conjunto. Partimos da base, em suma. (O Exemplo, 13 de maio de 1929)

No excerto, fica evidente a posição assumida pelo colaborador de que, primeiramente, era necessário cuidar da pessoa individualmente para, em seguida, pensar na coletividade que é a sociedade. Para o médico, o aperfeiçoamento da sociedade, quer dizer, o “aperfeiçoamento do nosso tipo de raça”, equivale a “garantir uma fonte viva de energias econômicas e políticas cada vez mais vultuosa” (O Exemplo, 13 de maio de 1929). Esse trabalho, porém, exigia a colaboração de todos aqueles que fazem parte desta “amada pátria”.

A relação das temáticas pátria e instrução é recorrente em um conjunto dos textos investigados, um deles, escrito pela editoria, enfatiza a importância da “unificação social de todos os brasileiros”, inclusive no caso das “meninas de cor” que foram excluídas das “homenagens à Independência Pátria” pelo dr. Clemente, conforme destacado pelo periódico A Noite e reforçado pela editoria de O Exemplo (O Exemplo, 10 de setembro de 1916).

A editoria argumenta que a figura do dr. Clemente não revela um espírito patriótico, apesar da sua condição de educador, concorrendo assim para o rebaixamento pátrio da nação brasileira, uma vez que uma pátria reconhecida por todos é uma pátria que dispensa instrução a todos os filhos da terra. Em relação a isso, a postura tomada por outros países demonstra que a grandeza de uma pátria advém de um povo instruído, distante de espíritos preconceituosos como o dr. Clemente.

A esse respeito, o colaborador Flavius (1917) manifesta essa mesma preocupação quando destaca a atitude do Japão frente a esse problema, pois os “dirigentes da instrução pública no Japão” têm “incentivado nos alunos o gosto pelos estudos”. Esse “procedimento, altamente louvável [...] podia ser imitado aqui no Brasil, onde, infelizmente, a educação da infância é muito descuidada” (O Exemplo, 11 de março de 1917).

O colaborador evidencia o tratamento dado à instrução pública no Japão, bem como os benefícios que aquela pátria conquista com o retorno de seus alunos quando os conhecimentos adquiridos são postos em prática no país de origem. Para o colaborador Flavius,

Os jovens trabalham com estímulos primeiro porque é natural e nobre que desejem corresponder aos cuidados do governo; segundo porque sabem que, ao voltarem à pátria, serão honrados, colocados em culminantes postos, de onde poderão dar impulso ao progresso do país. (O Exemplo, 11 de março de 1917)

Ao tomar o Japão como exemplo de método pedagógico de instrução dos patriotas, o colaborador formula a seguinte pergunta: Quando chegará a instrução, no Brasil, ao período áureo que o Japão atingiu? “Enigma de fácil decifração, os nossos governantes teimam em não achar a solução!”. De fato, as experiências descritas no excerto sinalizam: a) a preocupação dos dirigentes daquele país com a instrução dos seus; b) um programa bem definido do almejado como formação dos jovens; mas, antes de tudo c) o incentivo dado para que “os alunos [desenvolvam] o gosto pelos estudos” (O Exemplo, 11 de março de 1917). Essa é “a fórmula” para o engrandecimento de uma pátria.

A editoria escreve que, “em se tratando de aulas públicas destinadas a servir indistintamente ao proveito popular, não é demais lembrarmos que o preconceito de cores exercido por pedagogos sem critério e pudor social é um dos espantalhos a afugentar a frequência a essas escolas” (O Exemplo, 23 de junho de 1918). Isso porque, para a editoria, “lhes falece competência para ensinar prova exuberantemente à maneira como ensinam história pátria, pregando da

cátedra a fraternidade nacional e na prática, em festas nacionais, falseando esse princípio com a grosseira seleção de cores” (O Exemplo, 23 de junho de 1918).

Desse modo, que espírito pátrio habita esse corpo de mestres que não incita o gosto dos alunos pelo estudo, sabendo que é através da instrução que é possível o engrandecimento da pátria? Com frequência, pode-se observar o despreparo dos professores para os misteres da instrução, pois concorrem para que preconceitos mesquinhos persistam, de modo que acabam não se envolvendo no processo de “unificação social de todos os brasileiros” para o engrandecimento da pátria.

A esse respeito, Vilar aborda que o engrandecimento e a civilização do nosso pátrio solo advêm com um povo instruído sob a luz de um ensino moderno e patriótico. Pois, segundo a autora, “festejar e rememorar, sobretudo as datas gloriosas da nossa pátria, era um [...] ordenamento da escola republicana, recomendada desde o governo do presidente Deodoro da Fonseca” (Vilar, 2015, p. 41).

Travar guerra contra a ausência da instrução é um tema muito caro à editoria, como também ao colaborador M. F. (1919). Esse tema continua a ser pauta, pois enquanto não houver, de fato, a supressão da ignorância, esta continuará a habitar a pátria. Diante disso, M. F. argumenta não compreender o porquê de “um problema de tanta magnitude como esse, não houvesse há mais tempo preocupado seriamente os dirigentes deste país” (O Exemplo, 30 de março de 1919). Frente a essa passividade dos dirigentes da pátria, M. F. conclama os “irmãos em raça” para empunhar “armas contra o analfabetismo”.

Essa será, então, “uma das maiores conquistas da democracia [que] é a universalização de voto”, direito que, no período investigado, a “Constituição da República conferiu a todos os cidadãos que soubessem ler e escrever”. A exclusão do direito de voto levou o analfabeto a estar “proscrito na sua própria pátria, considerado indigno de usar de prerrogativas só conferidas aos que fossem nos livros buscar a base dos seus direitos constitucionais”. Assim, M. F. sugere que todos aqueles que possuam “elevada cultura e vasta erudição” atuem para estender a toda a nação, ou a todos os cidadãos, a instrução e, como complemento, “possam inaugurar em nossa pátria uma era de franca prosperidade e de progresso como ela tanto merece” (O Exemplo, 13 de abril de 1919).

Para o colaborador M. F., “a grandeza de nossa pátria só será realizada quando estiver extinto o analfabetismo dentro do vasto território que a confina” (O Exemplo, 20 de abril de 1919), sejam homens ou mulheres, instrução essa necessária para atuação no mundo do trabalho. E, ao tratar de trabalho, M. F. (1919) assegura que as mulheres de Porto Alegre, “pertencentes ao professorado da Escola Complementar acabam de fundar a Liga Central Pró-Infância Desvalida, [e] têm como um dos seus primeiros fins, incitar o amor às crianças

analfabetas” (O Exemplo, 8 de junho de 1919). A partir desse excerto, observa-se a associação entre instrução das mulheres e os benefícios à pátria. Pois, investir em sua instrução é um dever pátrio, visto que relevantes serviços, como os cuidados com as crianças desvalidas, poderão ser realizados por elas para esta “gloriosa pátria”.

Segundo a editoria, para uma pátria ansiar ser grande, é necessário que homens e mulheres dispensem um “pequeno sacrifício: não queiram ser analfabetos, aprendam a ler e escrever, instruam-se em suma” (O Exemplo, 8 de junho de 1919). Na direção dessa posição, Vilar (2015), em análise do jornal *Germinal* (1909), registra que a existência da ignorância, ou seja, ausência da instrução, em pleno século das luzes, constitui uma verdadeira anomalia para a pátria.

A editoria também ressalta que é preciso cuidar “do futuro de nossa querida pátria (O Exemplo, 11 de maio de 1919). Mas como cuidar do futuro da pátria, tendo em vista as dificuldades encontradas, principalmente no ensino profissional?

A editoria apresenta alguns elementos que são possíveis respostas para a pergunta em destaque: a primeira indica a necessidade de “ampliar os programas do ensino profissional técnico, para não criarmos somente simples operários e elevar o nível intelectual da classe proletária”; a segunda aponta o valor de “fazerem uma série preliminar e educativa de exercício da profissão” que tiverem escolhido e a terceira postula que os estudantes, ao passarem “para a parte industrial, receberão, de acordo com a capacidade de cada um, certa *quantia*, a fim de ficarem isentos das grandes dificuldades da vida, que anteriormente os obrigavam a abandonar os institutos profissionais” (O Exemplo, 17 de julho de 1919). Com esses elementos reafirma-se o que pode fazer uma pátria comprometida com a instrução de seu povo. E, nessa perspectiva, acrescenta:

Como sabeis todos os brasileiros, para serem verdadeiramente patrióticos, devem saber manejar com perícia – o livro, – o malho e o fuzil. [...] Depois que estiverdes emaciados como profissionais e tiverdes atingido a idade necessária – então podeis ir sobranceiros – apresentar-vos à caserna para aprender a defender nossa cara pátria – com o fuzil. (O Exemplo, 17 de julho de 1919)

Deduz-se do excerto que o manuseio do livro, quer dizer, o preparo intelectual, precede o de outros instrumentos para a defesa da pátria. Assim, com o cultivo dos espíritos à luz da instrução, o nosso “rico estado” terá cooperado “para o desenvolvimento do ensino técnico”, bem como para o “progresso de vosso rico estado” (O Exemplo, 17 de julho de 1919). Após finalizar esse texto

sobre o ensino profissional e apresentar os benefícios que podem ser dispensados à pátria, quer dizer, sua defesa e o melhoramento intelectual de seus patriotas, sejam homens, sejam mulheres, a editoria (1924) afirma que o progresso da pátria é verificável também em mulheres instruídas, que muito podem fazer para seus filhos serem patrióticos. “Desta maneira tornar-se-á ela, na moral e no patriotismo, tão grande quanto as antigas mulheres de Esparta” (*O Exemplo*, 9 de novembro de 1924). Pois, cooperar para uma nação engrandecida de seus feitos significava guardar na memória grandes feitos patrióticos.

No ano seguinte, a editoria de *O Exemplo* discorre sobre a atuação de um “grande patriota”, o deputado Fidelis Reis. A proposta do então parlamentar era lançar um projeto que tornasse obrigatório o ensino profissional no Brasil. Assim, a instrução precisaria visar, “antes de tudo, um caráter técnico e prático” (*O Exemplo*, 12 de junho de 1925). A proposta do deputado Fidelis Reis estava alinhada com os discursos em *O Exemplo*, que muito poderia contribuir com aqueles que não compreenderam que o progresso de uma pátria advém de um povo instruído. Nas palavras dirigidas aos leitores, se o projeto fosse executado, não há “nenhuma dúvida: uma nova era se abrirá para o engrandecimento e para o futuro da nacionalidade” (*O Exemplo*, 12 de junho de 1925). Tal programa/projeto, inscrito nas discussões do parlamento gaúcho pelos dirigentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), é identificado na pesquisa de Corsetti que analisa:

Entre os aspectos que os regulamentos e regimentos escolares nos permitiram perceber, destacamos: a perspectiva intervencionista do Estado em relação à educação; os princípios e os objetivos do ensino sintonizados com o projeto liderado pelo Estado; a organização do ensino marcada pela separação dos saberes; o controle disciplinar, necessário à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo construída; a preparação para o mercado. (Corsetti, 2008, p. 67)

A bancada gaúcha procurou seguir o programa definido para a instrução gratuita, levado como bandeira pelo PRR, no que tange ao ensino técnico-profissional. A editoria sintonizava com o programa do PRR, pois “a instrução pública é, incontestavelmente, a maior necessidade do povo” (*O Exemplo*, 5 de fevereiro de 1928). E entendia que tal necessidade vinha sendo suprida, pois “o nosso Estado [...] marcha na vanguarda, com respeito à instrução popular”, posto que nele se encontra o “menor número de analfabetos”, sendo “motivo de júbilo para os rio-grandenses” (*O Exemplo*, 5 de fevereiro de 1928). Segundo o corpo editorial de *O Exemplo*, “essa nota promissora enche de satisfação a todos os bons patriotas que perceberem as ações desenvolvidas pelo Estado rumo ao progresso”.

Desse modo, a instrução se notabiliza na grandeza da pátria, no futuro da nacionalidade. Isso porque, de acordo com Bencosta (2009, p. 75), a escola, essa instituição pública brasileira, encarregada da educação moral e cívica, se tornou responsável, em boa medida, por propagar “um conjunto de princípios que corporificavam ideias patrióticas, que eram instrumentalizadas nas salas de aula [...], cujo principal objetivo era despertar os sentimentos de amor e dever à família, à sociedade e, principalmente, à pátria”.

O colaborador P. afirma que “nunca é demais, portanto, repetir o que já foi muitas vezes dito sob aplausos gerais e geral assentimento: “a escola é o primeiro reduto da defesa nacional, é o alicerce indispensável à independência de um povo” (O Exemplo, 29 de abril de 1929). Pois a escola deve ser preocupação constante dos que têm responsabilidades no desenvolvimento moral e intelectual de uma coletividade.

É o que compreendeu, e muito bem, o patriótico governo do estado. [...]. O atual governo, reconhecidos os pontos fracos e deficientes do nosso aparelhamento escolar – tomou as medidas reclamadas pela importância do assunto. [...] procurou o remédio específico: a criação da escola normal, de aperfeiçoamento pedagógico e das escolas complementares. (O Exemplo, 29 de abril de 1929)

O excerto indica que, se bem-preparados, os professores poderiam colaborar com o desenvolvimento intelectual e moral dos filhos da pátria e, como lembra P., “não é menos verdade que devemos estar preparados para prendê-la definitiva e espiritualmente, à pátria nova, nacionalizando-a por meio da instrução do livro, da escola” (O Exemplo, 29 de abril de 1929).

Dessa forma, o livro dado a ler no espaço escolar atende a interesses diversos e tem como finalidade a consolidação dos princípios nacionais. Assim, em P., é possível compreender um discurso que indica que a missão de uma pátria forte e nobre é a instrução, responsável por oportunizar condições intelectuais, morais e patrióticas para o progresso nacional. Imbuídos de um espírito esclarecido pelas luzes da instrução, segundo os diversos textos, caminharíamos na direção da integração de todos os elementos étnicos, que fazem parte da pátria.

Considerações

Para um arremate deste artigo, o conjunto do acervo investigado sinaliza o entendimento de que, na relação entre instrução e família, a ignorância dos pais é apresentada quando estes não velam pela instrução dos seus filhos, quando não

percebem que a instrução poderia torná-los cidadãos dignos. Isso porque ainda não compreendiam que a pessoa analfabeta é um ente quase sem utilidade à sociedade. Ao descuidar da instrução, bem como de enviar seus filhos à escola, podiam ser considerados criminosos e, futuramente, ser amaldiçoados pelos próprios filhos. Para realizar seu intento, os colaboradores de *O Exemplo* destacaram a necessidade de os pais incentivarem em seus filhos o amor ao estudo, pois somente com instrução poderiam vencer os múltiplos tropeços que a vida impõe.

Na relação sociedade e instrução, os textos indicam que todos devem cooperar com a educação do povo. Assim, sinalizam a importância de empreender esforços no sentido de disseminar o ensino primário e profissional por todo o país, auxiliando, então, as escolas mantidas por particulares e associações e assegurando gratuitamente a instrução popular. Dessa maneira, seria possível a solução definitiva do analfabetismo, reduzindo, então, os caldos da ignorância ainda reinantes em nosso país.

Neste intento, fica posto o entendimento de que não pode haver progresso onde existem analfabetos. As campanhas contra o analfabetismo foram, seguramente, relevantes para incitar o povo a instruir-se, uma vez que a grandeza da raça só seria alcançada pela instrução.

Em relação à temática pátria e instrução, as recorrências apontaram para a importância da unificação social de todos os brasileiros, bem como para a necessidade de empreender campanhas contra o analfabetismo para o desenvolvimento e progresso da pátria. Esse discurso foi longamente difundido, pois o analfabetismo era representado como um terrível cancro que corrói as energias do progresso e o futuro bem-estar da pátria.

Cabe ressaltar que as três instituições sacrossantas: “família, sociedade e pátria” e sua relação com a instrução, referidas por Flavius (1917), foram tomadas como temas recorrentes pela editoria e seus colaboradores, em prol do levantamento moral e intelectual do povo e, principalmente, dos oriundos de uma raça vilmente explorada, “os homens de cor”.

Para encerrar, cumpre registrar que a bandeira das luzes da instrução, inscrita nas dinâmicas dos pensamentos circulantes no país, foi amplamente influenciada pelos ideais iluministas, de cunho liberal, republicano e positivista, que vigoraram no sul do Brasil.

Referências

- BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 68-77. v. 3.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.
- CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação: Face/PPGEDU/UFPel*, Pelotas, jul./dez. 2008.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, jan./jun. 2003.
- LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 63-78, nov. 2004.
- O EXEMPLO (1892-1930). Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- O EXEMPLO (1920-1930). Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/hemeroteca.html>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.
- PERES, Eliane Teresinha. “Templo de luz”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. O futuro da nação: instrução, educação e racialização da infância (Porto Alegre, RS, c. 1871-1910). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, 2021.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona, Espanha: Gedisa, 1999.
- PEZAT, Paulo. Positivismo em família: o projeto pedagógico de Carlos Torres Gonçalves. *Temas & Matizes*, v. 5, n. 9, p. 69-80, 2006.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- RUIZ, Reina Fleitas. Las tradiciones teóricas em los sociológicos sobre la familia. In: *Sociologia y políticas da família*. La Habana: Editoriale Felix Varela, 2006.
- SILVA, João Carlos da. Utopia positivista e instrução pública no Brasil: alguns apontamentos. *Varia Scientia*, v. 5, n. 9, p. 79-88, 2007.
- SOUSA, Ricardo Costa de. *Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930)*. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2019.
- STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, v. III: século XX*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, v. III: século XX*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TOTTA, Mário. Abertura dos cursos: preleção proferida. *Revista dos cursos*, Porto Alegre, v. 21, n. 21, p. 39-42, 1935.
- VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. *Imprensa e instrução: focalizando o periódico Germinal (1909) de Penedo/AL*. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 24, n. especial, 2015.
- ZUBARAN, Maria Angélica. *Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

Ricardo Costa de Sousa

Representações de “família, sociedade e pátria” no jornal O Exemplo (Porto Alegre, 1916-1930): o acervo digital do Tainacan e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ZUBARAN, Maria Angélica; GUIZZO, Bianca Salazar. Imprensa negra no Rio Grande do Sul: “raça” e gênero na Campanha ao Monumento da “Mãe Preta” (1920-1930). *Revista de História Regional*, n. 20, v. 1, 2015.

Recebido em 7/2/2023

Aprovado em 4/8/2023